

| 719 | ESCALAS E DINÂMICAS DA CIDADE CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA: OS PARQUES URBANOS DE GOIÂNIA E SUAS DICOTOMIAS

Pedro Henrique Máximo, Marcela Ruggeri Meneses

Resumo

Este trabalho tem como objetivo entender o espaço urbano da cidade contemporânea com o foco nos Parques Urbanos na cidade de Goiânia. É sabido que as alterações culturais e sociais re-significaram os espaços urbanos e reconfiguraram seus aspectos morfológicos de acordo com suas necessidades e demandas. Os Parques Urbanos contemplam essas características em sua história e são pontos de partida para o entendimento e estudo da possível relação escala x demanda x dinâmicas socioambientais. Isso nos permitirá verificar como a cidade vem se desenvolvendo nos últimos anos, relevando políticas públicas e urbanas, educação ambiental e etc.

Palavras-chave: Escalas, Parques Urbanos, Cidade Contemporânea, Espaço-marketing e Espaço-identidade.

1. Considerações Iniciais

Nas décadas de 60 e 70, o Brasil sofreu um processo de desconcentração industrial que gerou alterações em sua dinâmica territorial. As cidades brasileiras passaram por um processo de integração devido à necessidade de complementaridade econômica entre as várias regiões do país, intensificando-se assim, o fenômeno de urbanização. Este foi precedido de um aumento migratório, que influenciou as dinâmicas urbanas pré-estabelecidas.

Tem-se ainda como apoio para a reorganização do território, o processo de formação das cidades brasileiras planejadas no Planalto Central, como Belo Horizonte (1893), Goiânia (1933), Brasília (1960) e Palmas (1989), e a consolidação de seus tecidos urbanos e elementos constituintes, como os Parques Urbanos por exemplo.

Estes sofreram alterações decorrentes das transformações sociais, econômicas e culturais, modificando o significado e o conceito de Parques Urbanos no panorama nacional. Na atualidade, estes representam peças fundamentais e estruturantes da dinâmica urbana e morfologia das cidades.

A capitalização e a privatização dos espaços públicos urbanos tornaram os parques espaços de significância capital para os grandes empreendimentos imobiliários.

Configuraram-se como estratégia mercadológica e de marketing da construção civil, ou seja, espaço-objeto e espetáculo, instrumento utilizado pelos agentes sociais como meio de promoção econômica e social do mercado imobiliário.

Ainda no bojo desta discussão, os parques urbanos existentes no território de Goiânia, apresentam ainda problemas relacionados ao planejamento e gestão urbanos, decorrentes da inexistência de uma visão sistêmica das unidades ambientais. A ausência de uma concepção global remete-se às questões de ordem urbano-regional que deveriam incorporar uma abrangência de escala e ordem metropolitana, na certeza de que todo o espaço possui relações de interdependência com os territórios adjacentes.

Portanto, confere-se a máxima: as relações humanas e o ambiente não se configuram de modo fragmentado e individual, por isso a importância de se utilizar uma metodologia e análise de compreensão global, para se apreender os fenômenos da cidade contemporânea.

Esse enfraquecimento ou deficiência da política urbana na capital goiana representa tanto uma ameaça para tais espaços (parques), quanto uma deixa para os especuladores, que “financiam” e organizam sua produção. Como consequência gentrificam seu entorno, gerando na cidade zonas econômicas hierarquizadas, ou seja, concretizam ainda mais a segregação socioespacial que acomete o espaço urbano.

Este artigo abordará o limiar entre espaço-marketing e espaço-identidade dos parques urbanos de Goiânia. Procurar-se-á, a partir dessa análise, estabelecer uma discussão entre o valor simbólico e o valor mercadológico do espaço público na cidade de Goiânia, e o que tais empreendimentos implicam na qualidade do espaço urbano, incluindo microclimas, recuperação de áreas degradadas, revalorização do espaço público etc.

2. Historiografia da cidade moderna: rebatimentos teóricos e novas espacialidades

A Revolução Industrial nos séculos XVIII e XIX foi a causa das transformações ocorridas nas cidades protagonistas deste fenômeno, que culminaram no surgimento do urbanismo enquanto ciência. As intervenções de Haussmann e Cerdà, respectivamente em Paris (1853-70) e Barcelona (1859) foram os subsídios científicos para o surgimento do urbanismo enquanto disciplina, sendo então, a partir desse momento, referências para futuras intervenções na escala urbana. Para sanar os problemas de salubridade e mobilidade,

Hausmann rasga Paris e institui os conhecidos Bulevares e Cerdà, para resolver os problemas de expansão desordenada do centro medieval de Barcelona, propõe um plano de expansão exponencial do tecido urbano nos arredores da cidade.

No final do século XIX, não obstante ao contexto europeu, surge na América do Norte vários planos de expansão urbana, como o de Chicago. Com a finalidade de reconstruir o espaço degradado da cidade que sofrera um incêndio em 1871, o plano visava expandir seu antigo perímetro urbano sob os moldes da intervenção de Cerdà, e reforçar seu caráter de pólo comercial que vinha se firmando anos antes ao desastre. Notamos nestas primeiras intervenções na escala urbana, grandes espaços de áreas verdes, largas avenidas arborizadas e uma reformulação significativa dos espaços privados em consonância com uma melhor adequação ambiental e espacial, que visavam alcançar a salubridade urbana e evitar a propagação de pestes e doenças.

É nesse contexto que surgem os Parques Urbanos enquanto áreas promotoras da ambiência urbana, e equipamento utilizado como instrumento significativo nos projetos do século subsequente - característica esta que abordaremos mais profundamente no decorrer deste trabalho. Exemplificando e destacando a potencialidade destes equipamentos, encontramos ainda no contexto norte-americano o parque que talvez seja o primeiro a trazer significativa representatividade regional: o Central Parque de Nova Iorque (1857). Elaborado por Frederick Olmsted, o parque traz para a superadensada ilha de Manhattan um espaço de respiro, singular até então na história das cidades. O Central Parque representou para história do urbanismo e paisagismo, juntamente com o advento dos elevadores e das novas tecnologias da construção civil - que possibilitaram edifícios de múltiplos pavimentos -, um indício de que as escalas dos constituintes do urbano deveriam se modificar.

Em função da alta densidade populacional, o processo de verticalização, espraiamento e mutação na escala dos constituintes urbanos, principalmente na Europa e América do Norte, se transformaram de modo consequente e talvez espontâneo. Tal fenômeno jamais visto na história das cidades como salienta Gaston Bardet (1998), gerou desdobramentos de diversas intensidades e escalas nas relações sociais e culturais das cidades e regiões envolvidas no processo de industrialização. Isto fez com que estas fossem pensadas a partir da visão mecanicista e progressista vigente. Em outras palavras, estruturada em bases funcionalistas e racionalistas, respondendo aos ideais iluministas e burgueses que eram hegemônicos no período.

Tais conceitos foram interpretados e sintetizados por Tony Garnier no Plano da Cidade Industrial de 1917, que visava fazer com que a vida social funcionasse nos moldes da sociedade fabril emergente. Ebenezer Howard também propôs um modelo de cidade funcional, racionalmente setorizada, permeadas por massas arbóreas e de baixíssima densidade, conhecida como Cidade Jardim (1902). Tais planos visavam suprir o déficit de planejamento, tanto das cidades existentes, quanto das que surgiram em função da indústria e do capital, enfocando um ideal de cunho ambiental.

3. Notas sobre as experiências do urbanismo e a atual realidade das cidades brasileiras

No Brasil, as cidades coloniais não vislumbravam os ideários de uma cidade moderna. No que se refere ao planejamento urbano, em 1893 ocorreu a primeira grande transformação no país com a transferência da capital mineira de Ouro Preto para Belo Horizonte, do Engenheiro Aarão Leal de Carvalho Reis (1833-1936) no governo de Afonso Pena. Reis atribuiu ao planejamento, “a capacidade de criar uma nova sociedade - moderna e organizada -, comandada por uma nova forma de governo - republicano” (TREVISAN, 2009: p.25). A mudança do centro do poder mineiro figurou para o país um ideário de modernização sob o positivismo e utopismo de uma futura república que visava se instaurar.

As intervenções de embelezamento e higienização do Rio de Janeiro com Alfred Agache no final dos anos 20 e o plano de avenidas de Prestes Maia de São Paulo das décadas de 20 e 30 do século XX, afirmaram a importância de Haussmann e Cerdà para as intervenções em cidades preexistentes. Podemos notar, tanto em Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, que estes projetos atenderam também às demandas do momento, e, além disso, alcançaram aos sistemas de áreas verdes, englobando praças, áreas abertas, parques e áreas de preservação, já que se constituíam capitais de relevância econômica nacional.

O centro do poder político e econômico nacional se situava no eixo Rio de Janeiro/São Paulo. Com o intuito de fortalecer a região interiorana do país, o ex-presidente Getúlio Vargas criou um plano de industrialização do centro-oeste que visava a progressiva migração e ocupação de seu território. Em Goiás, Pedro Ludovico Teixeira (1891 - 1979), interventor federal, se encarregou da escolha do território para a construção da nova capital, pois a antiga conhecida como Cidade de Goiás, não contemplava em sua geografia principalmente, as possibilidades de implantação e uma capital moderna e industrializada.

Em 1937, no cerrado goiano, surge Goiânia, a nova capital do estado. Tal processo de mudança foi semelhante ao ocorrido entre Belo Horizonte e Ouro Preto. No que se refere ao desenho proposto por Atílio Correa Lima (1901 -1943), urbanista que planejou a cidade, os parques são espaços significativos na constituição do plano. Atílio trouxe em seu imaginário, tanto as referências do Barroco francês, do Plano de Chicago e do Plano Geral de Washington, quanto das propostas dos urbanistas progressistas, a fim de constituir uma paisagem ostentosa, que exaltasse o poder do estado, mas que funcionasse aos moldes do funcionalismo industrial e setorizado, característica das cidades modernas. (MANSO, 2001: p.109-151)

No decorrer desses 70 anos que nos afastam destes acontecimentos históricos da implantação da capital goiana, erros e acertos foram criando e eliminando espaços de significativa importância para a vida urbana da capital, como o Setor Sul que foi alterado por Armando de Godoy (1876 - 1944), que trouxe o desenho da Cidade Jardim dos subúrbios americanos, que hoje, como podemos verificar, congestionam o tráfego e limita o fluxo de veículos. É nessa relação dinâmica que acontece a produção do espaço urbano, que por sua vez é vivo e complexo. Entender os parques na concepção e na configuração do espaço urbano da primeira capital planejada no século XX é relevante na problemática levantada neste trabalho. Afinal, os parques, na temporalidade atual da cidade de Goiânia, fazem parte de uma questão de identidade plantada na concepção inicial de Correa Lima, ou é um instrumento de Marketing da especulação imobiliária?

4. Os Parques no Plano de Atílio Correa Lima para Goiânia

Como mencionado anteriormente, Atílio trouxe em seu imaginário referências da arquitetura e urbanismo franceses e das teorias moderno-funcionalistas ao planejar a cidade de Goiânia. A proximidade com o barroco francês de *Versailles* nos aponta algumas particularidades do projeto. A primeira delas é que as principais avenidas que terminam/começam na Praça Cívica (Avenida Goiás, Avenida Araguaia e Avenida Tocantins) trazem duas ambiguidades. Segundo Manso (2001: p. 99), em seu relatório Atílio quis que tais vias trouxessem ao mesmo tempo o pictórico e o monumental. O pictórico se revelaria na composição vegetal das avenidas, já o monumental se encontra nas *parkways*¹ de Olmsted incorporadas no projeto. (figura 1)

¹ As *Parkways* são avenidas - parques responsáveis pela interligação dos parques legitimando assim, os sistemas de áreas verdes.

Tabela 1 - Sistema de Áreas Livres elaborado por Atílio Correa Lima na elaboração do plano. Fonte: GUIMARÃES, 2009

Áreas Livres	Área (ha)
Parque Botafogo	54 ha

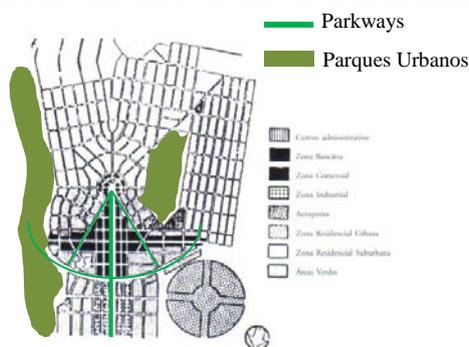


Figura 1 - Plano de Atílio Correa Lima para a cidade de Goiânia com o sistema de áreas verdes e as *parkways* materializadas nas principais avenidas do projeto. Fonte: MANSO, 2001. Análise dos autores deste artigo.

Parque Buritis	40 ha
Parque Paineiras	16 ha
Park-ways	25 ha
Jardins	16 ha
Play-grounds	3 ha
Estacionamento de veículos (arborizado)	1 ha
Praças (ajardinadas)	5 ha
Aeródromo	79 ha
Áreas destinadas ao esporte	8 ha
Vias públicas	128 ha
Área destinada às construções	707 ha
Área destinada a espaços livres	375 ha
Área total projetada	1.082 ha

Ao analisarmos o projeto de Atílio, verificamos que desde sua concepção os Parques Urbanos estavam presentes e fizeram parte do partido urbanístico. Segue abaixo a tabela que sintetiza o sistema de áreas livres elaboradas por Atílio.

A implantação destes parques de fato ocorreu com o principal intuito da preservação dos corpos d'água que margeavam a gleba. Entendido esse sistema de áreas verdes, Atílio buscou em Olmsted as *parkways*, que, para além de seu objetivo inicial que era a interligação dos sistemas de áreas verdes, permitiu que o centro urbano fosse tomado pela vegetação. A Oeste existe o Parque dos Buritis, e ao leste, margeando de norte a sul temos o Córrego Botafogo. A ocupação urbana no decorrer dos anos da porção leste da cidade

transformou o Córrego Botafogo em uma marginal, e o ideário de que uma grande massa vegetal amenizaria as variações térmicas e de umidade do Centro-oeste brasileiro de fato não se sustentaram.

Apesar disso, entendemos que os Parques Urbanos são espaços de referência histórica da cidade de Goiânia. Contudo, a evolução urbana aliada à migração massiva no decorrer desses setenta anos, esmagou parte desses espaços e criaram outros, ficando somente para os mananciais e leitos de rios e córregos a implantação dos novos Parques Urbanos. Para o cumprimento da legislação ambiental mínima de preservação, sucumbe-se a real necessidade de que cada espaço geográfico dispõe de climas diferentes, e de que tais equipamentos auxiliariam estratégica e fundamentalmente no equilíbrio climático do locus onde são implantados.

5. Os parques: suas funções e escalas

Entendemos o espaço urbano por suas constituições morfológicas e por suas dinâmicas sociais. Não intentamos aqui conceituar os espaços constituintes a partir dessas dinâmicas (privado, público, coletivo etc.), mas intentamos refletir sobre os limites e possibilidades dos parques enquanto espaço público e espaço dotado de qualidades ambientais naturais. Sendo assim, fica em segundo plano o fato de os cidadãos entenderem os parques como *status* local, voltados para o lazer, sem nenhuma outra função prática clara e objetiva.

Contrariando esse senso comum, Gouvêa entende os parques e praças enquanto elementos estratégicos para o projeto e a efetivação da ambiência nas diversas escalas da cidade. Ele classifica os parques em três escalas, sendo a primeira os “parques e praças de vizinhança” que possuem área mínima de 6000m² os quais possuem o raio de influência de cerca de 600 metros. “Parque de bairro” possui uma área mínima de 20000mm², deve atender a aproximadamente 20000 habitantes e o raio de influência é de cerca de 2,4 quilômetros. O “Parque da cidade” possui localização e escala urbana estratégicas, com fácil acesso por transporte coletivo, geralmente está ligada a cursos d’água, e, dependendo das qualidades ambientais do parque, pode-se chegar a aumentar a umidade relativa em cerca de 800 metros de raio. (GOUVÊA, 2003: p. 103-105)

Já Mascaró entende o sistema de áreas verdes urbanas em dois grandes grupos, cujo primeiro é a “Área verde principal” que é formada por parques, clubes de esportes,

hortas e floriculturas; e a segunda é a “Área verde secundária” formada por praças, largos e ruas arborizadas. No que se refere aos parques, Mascaró os divide em dois tipos sendo o Suburbano o que se situa fora do perímetro urbano, servido de transporte público cuja frequência de visitantes é semanal e/ou eventual. Sua paisagem é constituída de massa arbórea virgem, que visem integrar o espaço urbano à área de preservação e áreas naturais. Estes devem possuir equipamentos para todas as faixas etárias, ciclovias, restaurantes etc. Já os parques urbanos se situam no espaço intraurbano, geralmente são de médio/grande porte e devem ser atendidos por transporte coletivo. Geralmente possuem massa vegetal nativa, gramados, com eventos semanais e com frequência semanal e/ou diária. (MASCARÓ, 2008: p. 27-34)

Essas diversas classificações das escalas dos parques, tanto se referem à utilização, área, equipamentos, localidade, acessos etc., quanto à sua relação sistêmica com os outros elementos morfológicos do espaço urbano como vias, logradouros, pavimentação, etc. Nesse sentido o sistema de áreas verdes deve ser pensado como o próprio nome sugere. Como consequência, teremos a preservação das relações sociais dos habitantes que dele usufruem, e, principalmente, a preservação do bioma local.

A recuperação de áreas degradadas também é ponto de partida para a criação de Parques Urbanos nas mais diversas escalas. No que se refere à sua subutilização, temos questões relacionais latentes que denunciam esse abandono do espaço público. Devemos relevar as possibilidades de periculosidade do espaço em si, por exemplo; porém, a projeção social no desenho do parque depende de questões identitárias, onde o projeto deve sim, entender os fluxos e dinâmicas locais para que de fato, os parques não se limitem a Áreas de Proteção Ambiental, mas que de fato, sejam lugares² na contemporaneidade.

Parques Urbanos na cidade contemporânea: uma questão de necessidade?

As cidades brasileiras enfrentam diversos problemas que denunciam a falta de uma compreensão sistêmica do planejamento urbano, afirmada cada vez mais por uma série de deficiências sem causa única, mas que em cadeia, vêm afetando suas dinâmicas sociais, culturais, econômicas e principalmente ambientais.

De exemplos de larga escala de países como Portugal, que nos últimos anos vem investindo massivamente em métodos alternativos de captação de energia eólica, e França

² Segundo Marc Augé, para que um espaço seja um lugar, ele deve ser referencial, histórico e relacional.

que não muito diferente do caso português, investiu e ainda investe em pesquisas científicas para a produção de tecnologias capazes de captar e armazenar a energia solar. Existem exemplos locais de cidades européias como Londres, Copenhague, Lyon, que limitaram o acesso de automóveis ao centro da cidade, priorizando os transportes coletivos, pedestres e ciclistas, aumentou indiscutivelmente o índice de qualidade de vida de seus habitantes, e diminuíram significativamente os impactos causados pelo consumo de combustíveis fósseis, o que de certo modo valorizou a utilização dos espaços públicos.

A adoção destes minimizadores de impactos ambientais nas cidades européias expandiu e gerou novas culturas na utilização de espaços públicos, que no caso do Brasil foram timidamente absorvidos e desenvolvidos. À medida que se estimulou o aumento do número de automóveis, permitiu-se a ocupação inadequada do solo urbano, criaram-se zonas industriais em espaços inadequados permitiram-se a existência de espaços públicos degradados. Isto em função da falta de fiscalização e controle de assentamentos irregulares, de políticas ambientais e estratégias de intervenção que visam corrigir, por exemplo, áreas de proteção ambiental invadidas por estes mesmos assentamentos.

Outro agravante é a falta de informação por parte da população, que corroborada à ineficiência das políticas públicas urbanas potencializam a atual condição urbana no país. O desinteresse de grande parte dos gestores em cumprir as legislações específicas que visam sanar, atenuar, e/ou prevenir desastres de cunho socioambiental, etc., permitem com que desastres ambientais previsíveis simplesmente se efetivem pela falta de ação pública.

Um exemplo significativo dessa relação, é que, enquanto grande parte dos países no mundo tende a limitar a produção/comercialização de automóveis, pelo fato, é claro, de uma série de interferências de políticas públicas e urbanas como, a melhoria do transporte público, adequação de vias e calçadas para proporcionar acessibilidade e mobilidade de transeuntes no espaço urbano, adequação dos espaços públicos de grande escala etc., aqui no Brasil, principalmente nos últimos quinze anos, essa relação tem sido inversa.

Em números, o país vem aumentando significativamente a venda de veículos, fato que pode nos apontar no mínimo duas proposições: aumento da renda da população e ascensão socioeconômica, e o incentivo do poder público no aumento da

produção/consumo, tanto de forma indireta³ quanto indireta⁴. Números este que sobreposto à malha urbana existente projetada para uma quantidade "X" de veículos, denuncia e ajuda a explicar o caos que se tornou o trânsito de cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília entre outras cidades, e mais recentemente Goiânia.

Comparando os dados de São Paulo e Goiânia, fica comprovado o que se afirma. No estado de São Paulo há cerca de 20 milhões de veículos, e destes, 6 milhões concentram-se na capital. Estes dados hoje apontam o crescimento de 79% em todo o estado e de 42% na capital nos últimos 12 anos, segundo o DETRAN/SP. Goiás possuiu em 2000, cerca de 950 mil veículos, e hoje, cerca de 2,25 milhões, aumento de 135% em 10 anos (DETRAN). A cidade de Goiânia possui cerca de 820 mil veículos, e destes 450 são automóveis. São Paulo capital possui a média de 2,2 pessoas por veículo, e Goiânia, 2,6 segundo o DETRAN. Estes números vêm afirmar que, além dos veículos contribuírem para a degradação espacial, visual e ambiental das cidades, mostram que o estado de Goiás vem crescendo economicamente no cenário nacional, principalmente nos últimos 10 anos.

Como afirmamos anteriormente, as escalas dos constituintes urbanos se alteram com as dinâmicas que emergiram inesperadamente. Os parques no contexto contemporâneo são praças em escalas territoriais responsáveis por trazerem paisagens naturais à árida paisagem urbana⁵. Assim, à medida que ocorreu a alteração das escalas, esses "novos" elementos foram ponto de partida para a especulação urbana, criando novas centralidades no espaço da cidade e conseqüentemente espaços residuais e gentrificados. Com isso, podemos concluir que a cidade é um organismo vivo, e que se estratifica no tempo através de tipos determinados por seu contexto. Koolhaas (2010) evidenciou essas metamorfoses no último século:

Há cem anos, uma geração de descobertas conceituais e de tecnologias estruturantes desencadearam um Big Bang arquitetônico. Através da aleatorização da circulação, do curto-circuito da distância, da artificialização dos interiores, da redução da massa, do estriamento das dimensões e da aceleração da construção, o elevador, a eletricidade, o ar condicionado, o aço e, por fim, as novas infraestruturas formaram uma agregação de mutações que introduziram outras espécies de arquitetura. (KOOLHAAS, 2010: p. 15)

³ Alargamentos de vias, distância entre equipamentos públicos, falta de investimentos em transportes coletivos e alternativos a transportes privados, etc., ou seja, falta de políticas públicas que incentivem formas alternativas de transporte.

⁴ Isenção de impostos a montadoras, diminuição de taxa de impostos a consumidores, liberação de crédito aos consumidores, etc.

⁵ Como as vias que se adequaram aos fluxos gerando novas hierarquias viárias, os edifícios que contaram com elevadores para se verticalizar resolvendo em parte o problema da habitação, criando novas dinâmicas sociais e gerando novas paisagens.

Goiânia tem sido alvo de gestões equivocadas que não atendem significativamente as demandas de uma cidade contemporânea. Os erros anódinos das gestões da última década permitiram com que a cidade fosse gentrificada, estirada pelas garras da especulação imobiliária indicada pelo índice de segregação sócio-espacial, da qual a cidade tem sido a "líder" no cenário nacional. Sendo assim, grandes espaços residuais são gerados na malha urbana e a sensação referencial dos espaços da cidade vem se perdendo graças a espaços-lixo, constituindo uma Cidade Genérica, determinada por Koolhaas como sendo "... um lugar de sensações tênues e distendidas, de emoções escassas e distantes, discreto e misterioso como um grande espaço iluminado por um candeeiro de mesa-de-cabeceira" (KOOLHAAS, 2010: p. 37). Neste contexto de incertezas que envolvem o destino das cidades, os parques, como os outros equipamentos urbanos, têm sido instrumentos de especulação imobiliária.

6. Os Parques Urbanos de Goiânia entre o marketing e a identidade: a produção atual

A tensão que se estabelece na contemporaneidade entre a crise da identidade e a tentativa de sua reconstituição, e a fragmentação do sujeito denunciada por escritores como Stuart Hall (2009), atingem os diversos setores da produção humana. O capitalismo vem firmar essa situação, ao passo que todas as questões que envolvem as relações humanas passem pelo viés da troca de valores.

Os parques assumem essa dicotomia na sociedade atual. Identitários porque são espaços de domínio público, onde o direito de ir e vir é assegurado e há liberdade na construção de relações simbólicas em seus limites. No entanto cabe a ele, o domínio público, cuidar e promover sua estruturação e manutenção (HERTZBERGER, 1996). Mercadológicos porque foram apropriados pela especulação imobiliária em diversas cidades do mundo, e são instrumentos produtores da gentrificação urbana e promoção de espaços residuais. Ao afirmar isso, procuramos entender dentro da produção recente dos Parques Urbanos de Goiânia um exemplo que mostrasse essa relação dicotômica.

O exemplo por nós trazido é o Parque Flamboyant (2004-2006) que foi construído para recuperar uma mata ciliar e a nascente do Córrego Sumidouro, localizando-se na porção sudeste da cidade, próximo à BR-153, ao Centro Administrativo Municipal, ao Estádio Serra Dourada e o Shopping Flamboyant.



Figura 2 - Imagem aérea do Parque Flamboyant – 1968 /2009. Fonte: GUIMARÃES, 2009.

A contribuição historiográfica da constituição deste Parque Urbano trazida por Guimarães (2009) nos auxilia a compreender os processos e dinâmicas que envolveram sua constituição. No aerofotogramétrico trazido na figura 2, notamos o intenso processo de urbanização do Jardim Goiás, que se deu ao longo de 35 anos.

A presença de grandes equipamentos potencializou a implantação do parque e por consequência a expulsão das camadas sociais que se situavam em seu entorno. Este fenômeno de gentrificação foi processual, e, como afirma Guimarães (2009), a paisagem urbana do lócus se alterou substancialmente, gerando uma nova centralidade urbana de equipamentos, usos e vias.

Com implantação do parque em 2004 e com a intervenção realizada em 2006, o perfil da paisagem urbana como, também, o demográfico do entorno alteraram-se substancialmente. A valorização imobiliária presentifica-se na construção de grandes torres de edifícios construídos por construtoras nas imediações do Parque Flamboyant. (GUIMARÃES, 2009: p. 73)

A paisagem presente no entorno do parque confirma as palavras de Guimarães (2009). Uma série de outros equipamentos foi e estão sendo construídos em seu entorno, somados ao processo de verticalização e os constantes congestionamentos nos horários de pico, conduzem-nos a entender as transformações demográficas sofridas naquele lócus. À medida que se aumenta a densidade local, automaticamente requer-se dos outros

constituintes urbanos como vias, calçadas, estacionamentos etc., uma adequação na mesma escala e velocidade. Caso este que não ocorre no Jardim Goiás.

Porém, o Parque Flamboyant possui um constante e alto uso por pessoas do seu entorno mais próximo. Outros dados trazidos por Guimarães como de onde vêm seus frequentadores e em qual tipo de edificação residem, afirmam essa propositura. Segundo Guimarães (2009) 50% das pessoas que frequentam o parque são do bairro, e cerca de 60% residem em edifícios de múltiplos pavimentos. Isso mostra que existe um processo de conhecimento e reconhecimento da área por parte dos moradores do bairro, e a construção simbólica da paisagem do parque acontece continuamente. Ou seja, há uma tensão dicotômica travada entre o espaço-marketing e o espaço-identidade na produção dos Parques Urbanos de Goiânia, pois, seguindo o exemplo do Parque Flamboyant, grande parte dos parques da cidade gera paisagens distintas e novas rugosidades no tecido urbano.

7. Considerações Finais

É uma dinâmica intraurbana própria das grandes metrópoles brasileiras. É processo que ocorre de modo contínuo, dialético e ininterrupto. As imposições capitais sobre o espaço se espacializam de forma contundente no caso de Goiânia e, principalmente, nos elementos constituintes de seu tecido urbano. Os Parques que atuam nesse contexto como elementos estruturadores de microclimas, não são concretamente percebidos como figuras de grande relevância e instrumento de planejamento.

Temos uma inversão de valores e significados do espaço. O valor de troca substituiu o valor de uso, por isso é mercadológico. É um fenômeno, um processo da sociedade contemporânea, é a produção do espaço enquanto moeda de troca e não de qualidade ambiental. Pois se atribuíram valores econômicos aos espaços urbanos e não valores qualitativos e de significância e caráter sustentável.

A visão especulativa do capital é abrangente e estratégica, dotada de interesses sobre a constituição da paisagem e do território de uma cidade, perceptível na estruturação do Setor Jardim Goiás e, por conseguinte no Parque Flamboyant.

É claro que a implementação de novos espaços na cidade é fundamental. No entanto, a transformação e a adaptação do desenvolvimento humano se distribuem de tal forma sobre o espaço, que o torna refém do capital. A intensidade pode ser percebida na

ocupação dos Parques Vaca Brava (Setor Bueno) e, mais recentemente, sobre o Parque Cascavel (Jardim Atlântico). Estes parques se assemelham à situação apresentada, pois estão localizados em bairros de alto poder aquisitivo e possuem características análogas tanto de população e quanto de ocupação. São componentes do fenômeno de capitalização espacial, que sofrem degradação ambiental, em função dos interesses econômicos e do crescimento demográfico.

Percebemos, ainda, que houve impactos ambientais sob vários matizes na implantação do Parque Flamboyant, no Setor Jardim Goiás e na cidade. Ao certo tais impactos ainda não foram mensurados. A ausência de um planejamento e gestão podem nos mostrar mais adiante a relevância e a necessidade da sistematização do ordenamento urbano-territorial. Ambos integrados devem caminhar consonantes, e não subservientes ao que é imposto pelo capital. A função da cidade, premissa significativa do Estatuto da Cidade, deve nos garantir cidades sustentáveis. Cidades estas que devem ser construídas a partir de uma consciência global e ecossistêmica, que incorpora aspectos diversificados.

Para Friedrich (2007), os Parques Urbanos devem possuir um sistema de planejamento e gestão apropriados a sua condição natural e adequados ao construído. Como são espaços territoriais de grande potencial e possuem papel urbano significativo devem incorporar critérios que contemplem uma configuração espacial diferenciada na paisagem urbana, atuando como elemento de sinergia urbana, associados à multifuncionalidade, à sustentabilidade, sendo, portanto, uma estratégia de integração da forma, da função e da composição urbana.

Os Parques Urbanos se caracterizam como espaços essenciais, que devem ser abrangidos por um amplo sistema de aspectos funcionais, considerando: a drenagem; a proteção e manutenção de um sistema natural; a função de lazer, educação ambiental e coesão social; a estruturação da paisagem urbana; desenvolvimento econômico e político. Ainda segundo Friedrich (2007), deve-se estabelecer critérios ambientais para sistematizar o planejamento e a gestão, que vão desde a legislação urbano-ambiental aos componentes biofísicos, aspectos estes, determinantes na constituição espacial do espaço construído pelo homem.

Diante das prerrogativas teóricas apresentadas, temos uma dialética urbana. Os Parques Urbanos se constituem, portanto, de elementos reprodutores da lógica espacial do capital, em detrimento de uma formação socioespacial qualitativa. Obedecem à realidade da

produção e renovação de novos espaços, que por sua vez determinam e se espacializam conforme apresentados no Parque Flamboyant, e desconsideram o sentido projetual e seus condicionantes ambientais, que contrariam a coerência sistematizada de planejamento e gestão urbana sustentável.

8. Referências Bibliográficas

BARDET, Gaston. **Urbanismo**. Ed: Papirus, São Paulo, 1998.

CHOAY, F. **O urbanismo**. 3ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

FRIEDRICH, Daniela. **O parque linear como instrumento de planejamento e gestão das áreas de fundo de vale urbanas**. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2007.

GOUVÊA, L. A. C. . **Biocidade: conceitos e critérios para um desenho ambiental urbano**. 1. ed. São Paulo: Nobel, 2003.

GUIMARÃES, Claudia G. **Parques urbanos: sua influência no planejamento e desenvolvimento das cidades**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Goiás: Programa de Pós-Graduação da Ciências Econômicas, 2010.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP &A. 2003.

HERTZBERGER, Herman. **Lições de arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

KOOLHAAS, Rem. **Três textos sobre a cidade**. Barcelona: Editora GG, 2010.

LAMAS, J.M.R.G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gubelkian, 1993.

MANSO, C. F. A. **Goiânia Uma Concepção Urbana Moderna e Contemporânea: Um Certo Olhar**. Goiânia: Edição do Autor, 2001.

MASCARÓ, Juan Luis (org.). **Infra-estrutura da paisagem**. Porto Alegre : Masquatro Editora, 2008.

TREVISAN, Ricardo. **Cidades Novas**. Tese (doutorado) - Universidade de Brasília, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2009.

Sites

<http://www.detran.sp.gov.br/>

<http://www.denatran.gov.br/detran.htm>